



MINISTÉRIO DA
CULTURA



**EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2024
SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL
COM RECURSOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 195/2022 (LEI PAULO GUSTAVO)**

APOIO A PRODUÇÕES DE AUDIOVISUAL

Este Edital é realizado com recursos do Governo Federal repassados por meio da Lei Complementar nº 195/2022 - Lei Paulo Gustavo.

A Lei Paulo Gustavo viabiliza o maior investimento direto no setor cultural da história do Brasil e simboliza o processo de resistência da classe artística durante a pandemia de Covid-19, que limitou severamente as atividades do setor cultural. É, ainda, uma homenagem a Paulo Gustavo, artista símbolo da categoria, vitimado pela doença.

As condições para execução da Lei Paulo Gustavo foram criadas por meio do engajamento da sociedade, de modo que o presente edital destina-se à apoiar projetos apresentados pelos agentes culturais do Município de Rio Pardo de Minas - MG.

Deste modo, a Prefeitura Municipal de Rio Pardo de Minas - MG, por meio da Secretaria Municipal de Governo e Administração, torna público o presente edital, elaborado com base na Lei Complementar 195/2022, no Decreto 11.525/2023 e no Decreto 11.453/2023.

Na realização deste edital estão asseguradas medidas de democratização, desconcentração, descentralização e regionalização do investimento cultural, com à implementação de ações afirmativas, fundamentado na previsão do Decreto nº 11.525, de 11 de maio de 2023 (Decreto de Regulamentação da Lei Paulo Gustavo), em seus artigos 14, 15 e 16.

1. OBJETO

1.1 O objeto deste Edital é a seleção de projetos culturais de **APOIO A PRODUÇÕES DE AUDIOVISUAL**, por meio da celebração de Termo de Execução Cultural, em consonância com o **artigo 6º, inciso I da Lei 195 de 08 de julho de 2022**, com o objetivo de incentivar as diversas formas de manifestações culturais do Município de Rio Pardo de Minas – MG.

1.2 O fomento de que trata este Edital adota o princípio da valorização do trabalho, dos profissionais e dos processos do fazer cultural e artístico do município de Rio Pardo de Minas - MG.

2. VALOR

2.1 O valor distribuído neste edital será de **R\$ 75.690,00 (setenta e cinco mil, seiscentos e noventa reais)**, conforme artigo 6º inciso I da Lei Complementar nº 195, de 8 de julho de 2022.

2.2 A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária:

05.02.01.13.392.00020.2153- Manut. Serv. Culturais LC 195/2022 - 33900000 – aplicações diretas 1715000000

2.3 Este edital poderá ser suplementado, caso haja interesse público e disponibilidade orçamentária suficiente.



MINISTÉRIO DA
CULTURA



3.0 DAS CATEGORIAS

3.1 Distribuição das Vagas e Valores:

CATEGORIA	VAGAS AMPLA CONCORRÊNCIA	COTAS PESSOAS NEGRAS/INDÍGENAS	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
Documentários	6	2	R\$ 5.046,00	R\$ 40.368,00
Vídeoclipe; Videodança	5	2	R\$ 5.046,00	R\$ 35.322,00
VALOR TOTAL				R\$ 75.690,00

3.2 Produção de Documentário:

3.2.1 Compreende-se como **DOCUMENTÁRIO** a obra audiovisual classificada entre os gêneros ficção, animação, terror, drama, suspense e humor, que nesse caso, com duração mínima de 15 (quinze) minutos e máxima de 30 (trinta) minutos.

3.2.2 As Produções de Documentários terão **temas livres**, o proponente poderá também escolher um dos **3 tipos de temas** que está descrito no Item **3.0 do Anexo I – Formulário de Inscrição**, deste edital. O proponente ficará livre para escolher entre as opções ou outros temas.

3.3 Produção de Vídeoclipe / Videodança

3.2.1 Refere-se ao apoio concedido à produção de vídeoclipe de artistas locais com duração entre 3 a 5 minutos.

3.2.2 O fomento à produção de vídeoclipe e videodança envolve o suporte para a criação e produção, podendo incluir recursos financeiros para a contratação de diretores, equipes de produção, locações, equipamentos, pós-produção e distribuição.

4.0 DAS CARACTERÍSTICAS DOS PROJETOS

4.1 **DOCUMENTÁRIOS** deverão conter, em um único arquivo (formulário de inscrição): currículo do proponente (que pode ser escrito no formulário ou anexado), resumo e justificativa da proposta, objetivos, roteiro cinematográfico indicativo, possíveis datas de gravações e abordagem do tema.

4.2. Os projetos para a produção de **VIDEOCLIPES e VÍDEODANÇAS** deverão conter, em um único arquivo (formulário de inscrição): currículo do proponente (que pode ser escrito no formulário ou anexado), autorização dos intérpretes, dos compositores e a comprovação dos direitos autorais sobre a música selecionada, resumo e justificativa da proposta, objetivos, roteiro, possíveis datas de gravações, abordagem do tema e indicação de cenas.

4.3. Os projetos deverão ter como objetivo a produção de conteúdo brasileiro independente, e ter na equipe de realização do produto audiovisual, pelo menos, 80% (oitenta por cento) que residam no município de Rio Pardo de Minas – MG.

4.4. **Sobre as Produções de Documentário:** O proponente poderá escolher um dos três temas abaixo para sua produção, como também, ficará livre para escolher outros possíveis temas.

SUGESTÃO DE TEMAS



MINISTÉRIO DA
CULTURA



- | |
|---|
| 1- Cidade cenário: o desenvolvimento do turismo e suas implicações em Rio Pardo de Minas - MG |
| 2- Memórias, resgatando o passado de Rio Pardo de Minas |
| 3- Festas, festejos culturais da nossa cidade |

4.5 Todos os produtos deste Edital devem ser realizados com a estrutura técnica profissional, tanto na utilização de equipamentos como na qualidade da edição, garantindo-se excelência na captação de imagens, sonorização e iluminação; podendo ser empregado vários suportes no processo de captação de imagens.

5. ACESSIBILIDADE

5.1 Os projetos devem contar com medidas de acessibilidade física, atitudinal e comunicacional compatíveis com as características dos produtos resultantes do objeto, nos termos do disposto na Lei nº 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência), de modo a contemplar:

- I - No aspecto arquitetônico, recursos de acessibilidade para permitir o acesso de pessoas com mobilidade reduzida ou idosos aos locais onde se realizam as atividades culturais e a espaços acessórios, como banheiros, áreas de alimentação e circulação;
- II - Utilização de tecnologias assistivas, ajudas técnicas e produtos com desenho universal;
- III - medidas de prevenção e erradicação de barreiras atitudinais;
- IV - Contratação de serviços de assistência por acompanhante; ou
- V - Oferta de ações de formação e capacitação acessíveis a pessoas com deficiência.

5.2 Os projetos devem prever obrigatoriamente medidas de acessibilidade, sendo assegurado para essa finalidade no mínimo 10% do valor total do projeto.

5.3 A utilização do percentual mínimo de 10% de que trata o item 9.3 pode ser excepcionalmente dispensada quando:

- I - For inaplicável em razão das características do objeto cultural, a exemplo de projetos cujo objeto seja o desenvolvimento de roteiro e licenciamento de obra audiovisual; ou
- II - Quando o projeto já contemplar integralmente as medidas de acessibilidade compatíveis com as características do objeto cultural.

5.4 O proponente deve apresentar justificativa para os casos em que o percentual mínimo de 10% é inaplicável.

6. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

6.1 Pode se inscrever no Edital qualquer agente cultural residente ou sediado no Município de Rio Pardo de Minas há, pelo menos, 01 (um) ano.

6.2 Em regra, o agente cultural pode ser:

- I - Pessoa física maior de 18 (dezoito) anos ou Microempreendedor Individual (MEI);
- II - Pessoa jurídica com fins lucrativos;
- III - Pessoa jurídica sem fins lucrativos;
- IV - Coletivo/Grupo sem CNPJ representado por pessoa física.

6.3 O proponente é o agente cultural responsável pela inscrição do projeto.

6.4 Na hipótese de agentes culturais que atuem como grupo ou coletivo cultural sem constituição jurídica (ou seja, sem CNPJ), será indicada pessoa física como responsável legal para o ato da assinatura do Termo de Execução Cultural e a representação será formalizada em declaração assinada pelos demais integrantes do grupo ou coletivo, podendo ser utilizado o modelo constante no Anexo II.



MINISTÉRIO DA
CULTURA



6.5 O proponente não pode exercer apenas funções administrativas no âmbito do projeto e deve exercer necessariamente a função de criação, direção, produção, coordenação, gestão artística ou outra função de destaque e capacidade de decisão no projeto.

6.7 No caso de grupo ou coletivo cultural sem constituição jurídica, representado por pessoa física, terá que apresentar a **DECLARAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO DE GRUPO OU COLETIVO** assinada pelos demais integrantes do grupo ou coletivo, baseado modelo constante no **Anexo V**.

7. QUEM NÃO PODE SE INSCREVER

7.1 NÃO PODE SE INSCREVER NESTE EDITAL, PROPONENTES QUE:

I. Tenham menos de 18 anos de idade;

II. Sejam membros do Poder Legislativo (Deputados, Senadores, Vereadores), do Poder Judiciário (Juízes, Desembargadores, Ministros), do Ministério Público (Promotor, Procurador); do Tribunal de Contas (Auditores e Conselheiros).

III. Membro da equipe/entidade realizadora do Edital;

IV. Quem fizer parte da comissão de seleção do edital, bem como os pareceristas dos projetos;

V. O agente cultural que integrar Conselho de Cultura poderá concorrer neste Edital para receber recursos do fomento cultural, exceto quando se enquadrar nas vedações previstas no item 7.1.

VI. Quando se tratar de proponentes pessoas jurídicas, estarão impedidas de apresentar projetos aquelas cujos sócios, diretores e/ou administradores se enquadrarem nas situações descritas no tópico 7.1.

VII. A participação de agentes culturais nas oitivas e consultas públicas não caracteriza o envolvimento direto na etapa de elaboração do edital de que trata o subitem III do item 7.1.

VIII. É proibida a inscrição de projeto por proponente, representante legal, assim como membro da equipe que tenha participado dos primeiros editais da Lei Paulo Gustavo no ano de 2023.

8.0 DAS COTAS

8.1. Do montante previsto neste Edital, ficam garantidos cotas étnico raciais em todas as categorias do edital, nas seguintes proporções:

- No mínimo 20% (vinte por cento) será reservado para pessoas negras,
- No mínimo 10% (dez por cento) para pessoas indígenas.

8.2 Os agentes culturais que optarem por concorrer às cotas para pessoas negras (pretas e pardas) e indígenas concorrerão concomitantemente às vagas destinadas à ampla concorrência, ou seja concorrerão ao mesmo tempo nas vagas da ampla concorrência e nas vagas reservadas às cotas, podendo ser selecionado de acordo com a sua nota ou classificação no processo seleção.

8.3 Os agentes culturais negros (pretos e pardos) e indígenas optantes por concorrer às cotas que atingirem nota suficiente para se classificar no número de vagas oferecidas para ampla concorrência não ocuparão as vagas destinadas para o preenchimento das cotas, ou seja, serão selecionados nas vagas da ampla concorrência, ficando a vaga da cota para o próximo colocado optante pela cota.

8.4 Em caso de desistência de optantes aprovados nas cotas, a vaga não preenchida deverá ser ocupada por pessoa que concorreu às cotas de acordo com a ordem de classificação.

8.5 No caso de não existirem propostas aptas em número suficiente para o cumprimento de uma das categorias de cotas previstas na seleção, o número de vagas restantes deverá ser destinado inicialmente para a outra categoria de cotas.

8.6 Caso não haja outra categoria de cotas de que trata no item 3.1, as vagas não preenchidas deverão ser direcionadas para a ampla concorrência, sendo direcionadas para os demais candidatos aprovados, de acordo com a ordem de classificação.

8.7 Para concorrer às cotas, os agentes culturais deverão autodeclarar-se no ato da inscrição usando a autodeclaração étnico-racial de que trata o Anexo VI.



MINISTÉRIO DA
CULTURA



8.8 As pessoas jurídicas e os grupos/coletivos sem constituição jurídica podem concorrer às cotas, desde que preencham algum dos requisitos abaixo:

- I. pessoas jurídicas que possuem quadro societário majoritariamente composto por pessoas negras (pretas e pardas) ou indígenas;
- II. pessoas jurídicas ou grupos e coletivos sem constituição jurídica que possuam pessoas negras (pretas e pardas) ou indígenas em posições de liderança no projeto cultural;
- III. pessoas jurídicas ou coletivos sem constituição jurídica que possuam equipe do projeto cultural majoritariamente composta por pessoas negras (pretas e pardas) ou indígenas; e
- IV. outras formas de composição que garantam o protagonismo de pessoas negras (pretas e pardas) e indígenas na pessoa jurídica ou no grupo e coletivo sem personalidade jurídica.

8.9 As pessoas físicas que compõem a equipe da pessoa jurídica e o grupo ou coletivo sem constituição jurídica devem se submeter aos regramentos descritos nos itens acima. descritos nos itens acima.

9. PRAZO PARA SE INSCREVER

9.1 O prazo de inscrição no Edital, é do dia 18 de novembro de 2024 ao dia 25 de novembro de 2024. em conformidade com o inciso I do Art. 16 do Decreto 11.453/2023, que prevê um prazo mínimo de 5 (cinco) dias úteis.

9.2 As datas constantes no cronograma são passíveis de reajustes, pelo do comitê gestor, sendo de total responsabilidade do proponente acompanhar a atualização dessas informações através site:

<https://www.riopardo.mg.gov.br>

ETAPA	PERÍODO	DURAÇÃO
Período de inscrições	18/11/2024 a 25/11/2024	08 DIAS
Análise dos Projetos Culturais	26/11/2024 a 29/11/2024	04 DIAS
Divulgação do resultado dos Classificados	02/12/2024	01 DIA
Período para interposição de recurso	02/12/2024 a 05/12/2024	03 DIAS
Divulgação do resultado final Projetos Classificados	09/12/2024	01 DIA
Período de convocação dos aprovados, apresentação da Documentação de Habilitação	09/12/2024 a 11/12/2024	03 DIAS
Prazo para recurso	12/12/2024 a 16/12/2024	03 DIAS
Publicação do Resultado Final após prazo de Recurso	17/12/2024	01 DIA
Convocação para assinatura do Termo de Execução Cultural	18/12/2024	-
Período de pagamento ao Projeto Selecionado	Até 31/12/2024	-
Prazo final para apresentação de relatório das exposições.	Até 28/03/2025	-

10. COMO SE INSCREVER

10.1 O proponente deve entregar a documentação obrigatória, de forma física (Envelope 01 – Projeto), na Prefeitura Municipal de Rio Pardo de Minas, na Procuradoria Municipal – diretamente para a servidora Nilma Viana, das 10:00h às 12:00h.

ENVELOPE 01 – PROJETO
Edital de Chamada Pública 002/2024
Prefeitura Municipal de Rio Pardo de Minas - MG



MINISTÉRIO DA
CULTURA



Nome do Preponente:
Categoria Contemplada:

10.2 O Preponente deve entregar todos os documentos listados abaixo para formalizar a inscrição:

- a) Formulário de inscrição (Anexo I)
- b) Projeto e Plano de Trabalho (Anexo II)
- c) CPF e RG do Preponente e membros da Equipe de Trabalho;
- d) Cartão CNPJ, Documento de Identidade e CPF do Representante Legal em caso de Pessoa Jurídica e MEI;
- d) Currículo do proponente e da Equipe de trabalho que atuarão no projeto e irão compor sua ficha técnica; (Anexo II);
- e) Dois Comprovantes de Residência em nome do Preponente do Projeto, **um do ano de 2023 e outro atual do ano de 2024**, caso o preponente não tenha comprovante de Residência em seu nome, poderá apresentar uma **Declaração de Residência**, que deverá vir assinado pelo Dono do Imóvel (Anexo VII); Parágrafo Primeiro. Valerá como comprovante de residência qualquer documento de contas básicas (água, energia, telefonia, internet, fatura de cartão de crédito) ou emitidos por meio de instituições financeiras e de crédito.

Parágrafo Segundo: A comprovação de residência poderá ser dispensada nas hipóteses de agentes culturais:

- a. Que sejam pertencentes a comunidade indígena/quilombola/acigana/circense e/ou que se encontrem em situação de rua, sem comprovante algum de endereço.
- b. Comprovação de atuação na área cultural do preponente e equipe e trabalho, ebooks, portfólio, matéria de jornal, certificados.
- c. Outros documentos que o proponente julgar necessários para auxiliarem na avaliação do mérito cultural do projeto.
- d. Declaração de Representação de Grupos ou Coletivos (Anexo V)
- e. Declaração Étnico Racial (Anexo VI)
- f. Declaração de Uso de Imagem (Anexo IV)

10.3 O proponente é responsável pelo envio dos documentos e pela qualidade visual, conteúdo dos arquivos e informações de seu projeto.

10.4 Os projetos apresentados deverão conter previsão de execução até 28 de março de 2025.

10.5 O proponente deve se responsabilizar pelo acompanhamento das atualizações/publicações pertinentes ao edital e seus prazos nos canais formais de comunicação.

10.6 As inscrições deste edital são gratuitas.

10.7 As propostas que apresentem quaisquer formas de preconceito de origem, raça, etnia, gênero, cor, idade ou outras formas de discriminação serão desclassificadas, com fundamento no disposto no inciso IV do caput do art.3º da Constituição, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

11. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

11.1 Os proponentes com projetos aprovados no edital, serão convocados para entregar os seguintes documentos:

ENVELOPE 02 – Habilitação
Edital de Chamada Pública 002/2024
Prefeitura Municipal de Rio Pardo de Minas - MG

Nome do Preponente:

Categoria Contemplada:

11.1.1 PESSOA FÍSICA

Cópia da identidade e CPF do Preponente

Cópia do comprovante de residência em nome do Preponente, **emitido em 2023 e 2024;**

Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas/CNDT;

Certidão Negativa do FGTS;

Certidão Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais, atualizada;

Certidão Negativa de Débito Estadual;

Certidão Negativa de Débito Municipal, pegar na Prefeitura Municipal de Rio Pardo de Minas

Comprovante de conta bancária aberta exclusivamente para a execução do Projeto (preferencialmente da Caixa Federal ou Banco do Brasil) no nome do proponente do Projeto

11.2 Proponente Pessoa Jurídica

Cópia atualizada do cartão do CNPJ;

Cópia atualizada do contrato social ou estatuto e suas alterações;

Cópia do termo de posse do representante legal ou cópia da ata que o elegeu,

Cópia da identidade e CPF do representante legal da pessoa jurídica;

Cópia do comprovante de residência do representante legal;

Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas/CNDT;

Certidão Negativa do FGTS;

Certidão Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais, atualizada;

Certidão Negativa de Débito Estadual;

Certidão Negativa de Débito Municipal, solicitar na Prefeitura Municipal de Rio Pardo de Minas

Comprovante de conta bancária aberta exclusivamente para a execução do Projeto (preferencialmente da Caixa Federal ou Banco do Brasil) no nome do proponente do Projeto.

11.3 Proponente MEI–Micro Empreendedor Individual

Cópia atualizada do cartão do CNPJ;

Cópia da identidade e CPF;

Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas/CNDT;

Certidão Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais, atualizada;

Cópia do comprovante de residência do representante legal;

Dados bancários (nome do banco, agência e conta corrente) do proponente. A conta deverá, obrigatoriamente, ser vinculada ao CNPJ.

Certificado de MEI – Micro Empreendedor Individual

Certidão Negativa de Débito Estadual;

Certidão Negativa de Débito Municipal

Comprovante de conta bancária aberta exclusivamente para a execução do Projeto (preferencialmente da Caixa Federal ou Banco do Brasil) no nome do proponente do Projeto

12. PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

12.1 O proponente deve preencher a planilha orçamentária presente no Plano de Trabalho, informando como será utilizado o recurso financeiro recebido.

12.2 A estimativa de custos do projeto será prevista por categorias, sem a necessidade de detalhamento por item de despesa, conforme § 1º do art. 24 do Decreto 11.453/2023.

12.3 A compatibilidade entre a estimativa de custos do projeto e os preços praticados no mercado será avaliada pelos membros da comissão de seleção, de acordo com tabelas referenciais de valores, ou com outros métodos de verificação de valores praticados no mercado.

12.4 A estimativa de custos do projeto poderá apresentar valores divergentes das práticas de mercado convencionais na hipótese de haver significativa excepcionalidade no contexto de sua implementação, consideradas variáveis territoriais e geográficas e situações específicas, como a de povos indígenas, ribeirinhos, atingidos por barragens e comunidades quilombolas e tradicionais.

12.5 Os itens da planilha orçamentária poderão ser glosados, ou seja, vetados, total ou parcialmente, pela Comissão de Seleção, se, após análise, não forem considerados com preços compatíveis aos praticados no mercado ou forem considerados incoerentes e em desconformidade com o projeto apresentado.

12.6 O valor solicitado não poderá ser superior ao valor máximo destinado a cada projeto, conforme valores do item 3.1 do presente edital.

13. CONTRAPARTIDA

10.1 Os agentes culturais contemplados neste edital deverão realizar contrapartida social a ser pactuada com a Administração Pública, tendo a acessibilidade de grupos com restrições e o direcionamento à rede de ensino da localidade.

10.2 As contrapartidas deverão ser informadas no Formulário de inscrição e deverão ser realizadas até dia 28 de março de 2025.

14. ETAPAS DO EDITAL

11.1 A seleção dos projetos submetidos a este Edital será composta das seguintes etapas:

- I. Análise de mérito cultural dos projetos: fase de análise do projeto realizada por comissão de seleção; e
- II. Habilitação: fase de análise dos documentos de habilitação do proponente.

15 ANÁLISE DE MÉRITO CULTURAL DOS PROJETOS

15.1 Entende-se por "Análise de mérito cultural" a identificação, tanto individual quanto sobre seu contexto social, de aspectos relevantes dos projetos culturais concorrentes em uma mesma categoria de apoio, realizada por meio da atribuição fundamentada de notas aos critérios descritos neste edital.

15.2 A análise dos projetos culturais será realizada por comissão de seleção formada por:

- a) **FELICÍSSIMO TIAGO DOS SANTOS - CPF 503.147.776-87**
- b) **SALETE APARECIDA AVELAR - CPF 053.653.116-12**
- c) **JOÃO PAULO DIAS - CPF 082.506.356-63**

15.2.1 A Comissão será coordenada pelo representante da Secretaria Municipal de Governo e Administração, Sr. Felicíssimo Tiago dos Santos.

15.3 Os membros da comissão de seleção e respectivos suplentes ficam impedidos de participar da apreciação de projetos e iniciativas que estiverem em processo de avaliação nos quais:

I - Tenham interesse direto na matéria;

II - Tenham participado como colaborador na elaboração do projeto ou tenham participado da instituição proponente nos últimos dois anos, ou se tais situações ocorrem quanto ao cônjuge, companheiro ou parente e afins até o terceiro grau; e

III - Estejam litigando judicial ou administrativamente com o proponente ou com respectivo cônjuge ou companheiro.

15.4 O membro da comissão que incorrer em impedimento deve comunicar o fato à referida Comissão, abstendo-se de atuar, sob pena de nulidade dos atos que praticar.

15.5 Para esta seleção serão considerados os critérios de pontuação estabelecidos no Anexo III.

15.6 Contra a decisão da fase de mérito cultural, caberá recurso destinado ao Coordenador da Comissão de Seleção, que deverão ser apresentados no prazo de 05 dias úteis, a contar da publicação do resultado, considerando-se para início da contagem o primeiro dia útil posterior à publicação.

15.7 Os recursos apresentados após o prazo não serão avaliados.

15.8 Após o julgamento dos recursos, o resultado final da análise de mérito cultural será divulgado no site oficial da Prefeitura Municipal de Rio Pardo de Minas – MG, <https://www.riopardo.mg.gov.br/cidadao/lei-paulo-gustavo/>

13. REMANEJAMENTO DOS RECURSOS

13.1 Caso alguma categoria não tenha todas as vagas preenchidas, os recursos que seriam inicialmente desta categoria poderão ser remanejados para outra categoria, deste edital.

Parágrafo Único - Os recursos não utilizados em uma categoria serão destinados aos projetos inscritos suplentes com trajetória social e cultural com maior tempo de atuação.

14. ASSINATURA DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL E RECEBIMENTO DOS RECURSOS

14.1 Finalizada a fase de habilitação, o agente cultural contemplado será convocado a assinar o Termo de Execução Cultural, conforme **Anexo IX** deste Edital, de forma presencial ou eletrônica.

14.2 O Termo de Execução Cultural corresponde ao documento a ser assinado pelo agente cultural selecionado neste Edital e pelo município de Rio Pardo de Minas – MG, contendo as obrigações dos assinantes do Termo.

14.3 Após a assinatura do Termo de Execução Cultural, o agente cultural receberá os recursos em conta bancária específica aberta para o recebimento dos recursos deste Edital, em desembolso único, em até 30 dias após a homologação do resultado final.

14.4 A assinatura do Termo de Execução Cultural e o recebimento do apoio estão condicionados à existência de disponibilidade orçamentária e financeira, caracterizando a seleção como expectativa de direito do proponente.

14.5 O agente cultural deve assinar o Termo de Execução Cultural em até 05 dias após a convocação, sob pena de perda do apoio financeiro e convocação do suplente para assumir sua vaga.

15 DIVULGAÇÃO DOS PROJETOS

15.1 Os produtos artístico-culturais e as peças de divulgação dos projetos exibirão as marcas do Governo federal, de acordo com as orientações técnicas do manual de aplicação de marcas divulgado pelo Ministério da Cultura e do Município.

15.2 O material de divulgação dos projetos e seus produtos será disponibilizado em formatos acessíveis a pessoas com deficiência e conterá informações sobre os recursos de acessibilidade disponibilizados.

15.3 O material de divulgação dos projetos deve ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, e não pode conter nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal.

16 MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE RESULTADOS

16.1 Os procedimentos de monitoramento e avaliação dos projetos culturais contemplados, assim como prestação de informação à administração pública, observarão o Decreto 11.453/2023 (Decreto de Fomento), que dispõe sobre os mecanismos de fomento do sistema de financiamento à cultura, observadas às exigências legais de simplificação e de foco no cumprimento do objeto.



MINISTÉRIO DA
CULTURA



16.2 O agente cultural deve prestar contas por meio da apresentação do Relatório Final de Execução do Objeto, conforme documento constante no Anexo IX. O Relatório Final de Execução do Objeto deve ser apresentado **até 28 de março de 2025**.

17. DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 O acompanhamento de todas as etapas deste Edital e a observância quanto aos prazos serão de inteira responsabilidade dos proponentes. Para tanto, deverão ficar atentos às publicações no site oficial da Prefeitura Municipal de Rio Pardo de Minas – MG: <https://www.riopardo.mg.gov.br/cidadao/lei-paulo-gustavo/2024-2/> e nas suas mídias sociais oficiais.

17.2 O presente Edital e os seus anexos estão disponíveis no site oficial da Prefeitura Municipal de Rio Pardo de Minas: <https://www.riopardo.mg.gov.br/cidadao/lei-paulo-gustavo/2024-2/>

17.3 Os casos omissos, porventura existentes, ficarão a cargo do representante da Secretaria Municipal de Governo e Administração, Sr. Felicíssimo Tiago dos Santos, para serem solucionadas.

17.4 Eventuais irregularidades relacionadas aos requisitos de participação, constatadas a qualquer tempo, implicarão na desclassificação do proponente.

17.5 O proponente será o único responsável pela veracidade da proposta e documentos encaminhados, isentando o Município de Rio Pardo de Minas- MG de qualquer responsabilidade civil ou penal.

17.6 O apoio concedido por meio deste Edital poderá ser acumulado com recursos captados por meio de leis de incentivo fiscal e outros programas e/ou apoios federais, estaduais e municipais.

17.7 A inscrição implica no conhecimento e concordância dos termos e condições previstos neste Edital, na Lei Complementar 195/2022 (Lei Paulo Gustavo), no Decreto 11.525/2023 (Decreto Paulo Gustavo) e no Decreto 11.453/2023 (Decreto de Fomento).

17.9 O resultado do chamamento público regido por este Edital terá validade até 31/12/2024.

Compõem este Edital os seguintes anexos:

- Anexo I – Formulário de Inscrição;
- Anexo II - Projeto/Plano de Trabalho;
- Anexo III – Critério de Avaliação
- Anexo IV – Declaração e Autorização de Uso de Imagem
- Anexo V – Declaração de Representação de Grupo ou Coletivo
- Anexo VI - Declaração étnico-racial
- Anexo VII - Declaração de Residência
- Anexo VIII – Termo de Execução
- Anexo IX – Relatório de Execução

Rio Pardo de Minas, 14 de novembro de 2024.

Maria Vilma de Sá Romualdo
Secretária Municipal de Governo e Administração